

Sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze.-----

Aos vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas quinze horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a presidência do senhor João Heliodoro da Silva Dantas estando ainda presentes Teresa Maria Prado de Almada Cardoso Perry Vidal e Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, como primeiro e segundo secretários, respetivamente.-----

Esteve também presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as atas desta Assembleia Municipal.-----

Mais se verificou a presença dos senhores: Vice-Presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Vereador João José Nascimento Rodrigues; Vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, Vereador Henrique Miguel Figueiredo da Costa Neves; Vereador Rui Alberto Pereira Caetano, Vereador Gil da Silva Canha; Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade-----

Foi verificado quórum por estarem presentes os seguintes deputados municipais: **Do PSD:** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Freitas Andrade; Carlos Miguel Malho Pereira; Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar, David João Rodrigues Gomes; Marco Alexandre Ribeiro Fernandes; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Nádia Micaela Gomes Coelho; Raquel João Martins da Silva; Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia Oliveira; Rui Nuno Barros Cortez; Vanda Maria Fátima Sousa de França Correia de Jesus; Alberto Rufino Fernandes Casimiro; João Augusto Andrade de Jesus; José Ricardo Pinto Pereira; João Manuel Freitas Machado; Jorge Simplicio Pereira Pestana; Duarte José Pereira; José António Freitas Rodrigue; José Rafael Freitas Aguiar; Rui Alberto Garanito Santos e Fernando Rogério de Freitas Nóbrega. **Do PS:** - Maximiano Alberto Rodrigues Martins; Guido Marcelino

Mendonça Gomes; Tânia Sofia Andrade Gonçalves; José Gabriel Pereira de Oliveira; e José Juvenal Nunes Rodrigues. **Do CDS/PP-** João Luciano Gonçalves Homem de Gouveia, José Maria Abreu Barros, Maria João Ramos de Freitas e Eduardo Jorge Freitas Sainz Trueva. **Do PND** – Eduardo Pedro Welsh; Baltazar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar e Ana Patrícia da Silva Oliveira. **Do PCP-PEV-** Énio Dionísio Vieira Martins e Herlanda Maria Gouveia Amado. **Do B.E.-** Fernando Manuel Garcia da Silva Letra. -----

Após isto, o Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento da correspondência que deu entrada no Gabinete da Assembleia, nomeadamente, as substituições dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

**Justificação de faltas:** - Foi entregue no Gabinete da Assembleia Municipal a justificação de faltas dadas nesta sessão dos seguintes deputados municipais: - **Do PSD:** Francisco Manuel Freitas Gomes e Ricardo Jorge Alves Delgado- **Do PS:** Cláudio Filipe Gouveia Torres.-----

**Pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia,** foi posta à apreciação e votação a ata da sessão ordinária da AM de vinte e sete de Junho de dois mil e treze, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal,** usou da palavra para informar o seguinte: “Para a ordem de trabalhos será proposto ao Plenário, que foi distribuído ontem, um documento relativo à Rede de Água Sistema Dual e seu Preçário, para saber se é aceite ou não. Mais digo, que se proponha que seja feita uma pequena alteração à ordem de trabalhos que o ponto quatro da ordem de trabalhos passe para o ponto três e o ponto três passe para o ponto quatro.-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia,** usou da palavra para perguntar se alguém discordava da alteração, o que foi aceite por todos os presentes e foi considerado aprovada a respetiva alteração.-----

**Período antes da ordem do dia:**-----

**Inscrições:**-----

**O Deputado municipal Gabriel Pereira Oliveira,** do PS, usou da palavra dizendo: “Em primeiro lugar, quero apresentar um abraço de solidariedade por todas as pessoas que foram vítimas dos últimos incêndios no Concelho do Funchal. É pena que o senhor Presidente da Câmara não esteja presente nesta sessão. Mas o que tenho a dizer, direi ao senhor vice-presidente e agradecia que fizesse a sua transmissão ao senhor Presidente da Câmara. Mais uma vez, a região do Funchal foi fustigada por incêndios. Todos os anos, nesta data, nesta Assembleia, tenho falado sobre os incêndios nesta região. No ano passado, alertei ao senhor presidente da Câmara para um barril de pólvora que se encontrava junto ao Hospital dos Marmeleiros, nos terrenos do referido Hospital. Até trouxe a legislação e disse ao senhor presidente que aqueles terrenos deviam ser limpos e deviam os proprietários notificados para a sua limpeza e se não o fizessem o senhor presidente mandaria limpar e apresentava a respetiva factura. Passou-se um ano, nada foi feito e o resultado está lá neste momento. No dia dezasseis de agosto deu-se um incêndio naqueles terrenos. Tiveram que evacuar duzentos doentes do referido hospital. As pessoas naquela zona ficaram em pânico, a fugirem e a deixarem os seus haveres que durante tantos anos custaram a ter a sua casa. Nada foi feito, não só respeitante aos incêndios, porque acho que a prevenção não é feita num só dia ou na altura das eleições. As limpezas devem ser feitas periodicamente. E senhor vice-presidente, o que digo é que o senhor presidente da CMF é o responsável por aqueles incêndios que houve no Hospital dos

Marmeleiros. Porque se tivesse mandado limpar aquela zona nada daquilo tinha acontecido e se há responsáveis devem ser punidos e devia ser levantado um inquérito no Tribunal para o senhor Presidente responder, porque na ata foi alertado no ano passado e nada se fez! Continuando com outra situação. Não é só de incêndios que o Monte foi prejudicado. O senhor presidente da Câmara já há oito anos atrás prometeu para aquela freguesia uma capela mortuária e quando passo lá o que vejo no lugar da capela são silvados e ervas. Prometeram um comboio entre o Monte e o Terreiro da Luta. Bem, não sei se o comboio se transformou em metro, porque não oiço apitar nem em cima nem debaixo da terra. A estação do comboio é um prédio degradado. Neste momento até serve de canil! O que devia ser feito é notificar o dono do edifício, porque aquilo está no centro histórico da freguesia. Também nada foi feito! Não sei o que é que o senhor Presidente da Câmara andou a fazer durante os últimos quatro anos. Na freguesia do Monte, não há uma obra que fosse feita por esta Câmara e se há que mo digam. Deixaram aquilo tudo abandonado e agora ainda está muito pior, porque em vez de verde está tudo cinzento. E o que tenho por fim por dizer, é que o senhor Presidente Miguel Albuquerque não vai deixar boas recordações e não será bem-vindo àquela freguesia, porque o senhor Presidente nunca olhou nem nunca fez nada para aquela freguesia. Aquilo é um abandono, uma freguesia que recebe quatrocentos mil turistas por ano e está abandonada? É uma vergonha, é nos becos, nas levadas, nos fontenários, nas veredas, é realmente uma vergonha. Isto é a pura verdade. Hoje trouxe uma gravata verde, é a gravata da esperança e quando há esperança há uma mudança. É tudo.”-----

**Período da Ordem do dia:**-----

**Primeiro Ponto: Apreciar a informação escrita do Presidente da C.M.F., e acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, das Empresas Municipais,**

**Fundações e Associações, em observância ao disposto nas alíneas c),d) e e), bem como da situação financeira da CMF, nos termos do artigo cinquenta e três da Lei cinco/A/dois mil e dois de onze de janeiro, acompanhados das documentações constantes das alíneas cc) do número um e número quatro, bem como da alínea q), número dois do artigo sessenta e oito da citada Lei.**-----

**O vice-Presidente da Câmara,** usou da palavra, informando o seguinte: “Estou ao vosso dispor para qualquer dúvida em relação ao relatório apresentado.”-----

**Inscrições:** -----

**O deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes,** do PS, referiu o seguinte: “ O PS traz aqui uma situação que considero de abandono quando se repara estradas e quando se luta para ter melhor qualidade de vida e qualidade de mobilidade no Funchal, o PS não compreende que depois das intervenções que têm sido feitas em inúmeras ruas no Funchal, por que razão depois de deitar a asfaltagem total se comece a picar adufa a adufa e depois esquece-se de metade das adufas e confesso que nunca andei em campos minados mas hoje em dia para chegar à minha casa ando num campo minado. E se o meu carro cai dentro de uma adufa quem vai pagar? E faço aqui uma referência à estrada Visconde Cacongo, que saiba já foi feita a cobertura total da asfaltagem, deixaram umas adufas cobertas e outras não. Também na rua Coronel Cunha está assim. Gostaria de ter aqui uma resposta do senhor vice-presidente, saber o porquê desta situação e porquê essa empresa que não é idónea não está a fazer as coisas como deve ser. Sempre lutei pela qualidade de vida e pela mobilidade do Funchal, acho que é da vossa justiça dar uma explicação correta, por que razão e se há tempo a corrigir para quando for para casa não andar numa zona minada.”-----

**O vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves,** disse: “Senhor deputado tem toda a razão. Essa obra toda insere-se numa obra de grande vulto que foi

iniciada há três anos que é a renovação das redes de águas, esgotos, etc. do sector oriental. Essa obra está felizmente em fase de conclusão. Penso que o calvário acaba em breve e só gostaria de explicar que a obra está a cargo de um consórcio e o consórcio tem por obrigação e por incumbência do contrato de após elevar as adufas para um nível definitivo que já está, repor, remendar e colocar ou retificar tudo isso. Por isso a obra fisicamente acaba no fim deste ano, financeiramente a obra tem que estar encerrada em Dezembro deste ano. Portanto é só uma questão de paciência e de evitar as minas. E digo-lhe que é um procedimento habitual em obras. O que fazem é que depois da última asfaltagem levantar tudo e retificar.-----

**O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar**, do PND, usou da palavra dizendo: “Inscrevi-me para intervir no primeiro ponto e agora no segundo ponto. Admito que não tenha visto que tinha-me inscrito no primeiro ponto, porque para mim o primeiro ponto era muito importante para falar daqueles assuntos que não estão na ordem de trabalhos e não podiam estar nela incluídos. São assuntos urgentes e aconteceram muito antes da ordem de trabalhos ou porque não tem importância a inclusão desses assuntos na ordem de trabalhos. Quero dizer e quero que fique em ata que tenho por si e pela Mesa um enorme apreço e entendo que esta Assembleia foi exemplarmente presidida por V. Exa e pela Mesa. Julgo que é a opinião de todos aqueles que estão na sala e julgo que do ponto de vista de orientação dos trabalhos é um exemplo para a RAM e não me custa nada dizê-lo e julgo que todos os madeirenses gostavam de em Assembleias coletivas em que se fizesse o direito de representação, e o dever de V. Exa. dar lições a muitas outras sobre o modo democrático, o modo tolerante, mas firme é certo de presidir a Assembleias deste tipo. Como sabem muitas vezes a dificuldade do radicalismo das exposições, é orientar trabalhos e entendo pelos quatro anos que tenho passado com todos os que aqui estão,

todos nós somos devedores para V. Ex<sup>a</sup> de um agradecimento muito grande pelo modo como nos considerou a todos independentemente dos partidos a que pertencemos. Muito obrigado, senhor Presidente. E quero dizer que trago um assunto para antes da ordem de trabalhos que é o seguinte: Veio ontem a público num artigo de jornal que um vereador desta Câmara recebia procurações de funcionários desta Câmara para propor ações contra esta assembleia ou contra esta Câmara. Porque entendo que total conflito de interesses entre a minha função como deputado no exercício da qual tenho acesso a documentos sigilosos da Assembleia e da Câmara e o dever ou o exercício do mandato judicial. Ora, vim a saber ontem que há um vereador que no uso de procurações de funcionários da Câmara propõe ou defende funcionários desta Câmara contra esta Câmara. Isto é muito grave, porque não vale a explicação do vereador que trabalha para um sindicato, porque o que não está só em causa, como esse vereador está a receber honorários do sindicato como terá recebido honorários de funcionários da Câmara. Trata-se não de um vereador do PSD, mas sim da oposição e isso ainda é mais grave e mais indecoroso. Como alguém da oposição, exercendo funções nesta Câmara usa procurações de funcionários desta Câmara para no âmbito de processos disciplinares ou no âmbito de processos judiciais. Quero perguntar a esta Assembleia e a esta Câmara se tem ou não informação que confirme aquilo que veio ontem a público? Era este o tema que tinha para apresentar antes da ordem de trabalhos. E dentro das atividades da Câmara quero dizer a V. Exa. o seguinte: como qualquer funchalense tenho verificado que ultimamente a atividade de pedonagens nas estradas aumentou de modo muito significativo. E pergunto, porque é que esta Câmara antes das eleições as estradas. Sempre que há eleições há pedonagens nas estradas. Que coincidência! Qual, é em termo de volume de trabalhos, o aumento que significa em campanhas eleitorais da atividade de pedonagens das estradas. Tenho dito.”-----

**O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse:**  
“Relativamente à primeira questão que colocou sobre o vereador da oposição, tanto quanto sabemos, não temos conhecimento de qualquer situação, mas também seria bom verificarmos com base naquilo que disse e iremos fazer um levantamento de alguma situação. Em relação às asfaltagens, esta questão curiosamente é sempre posta aqui sempre antes dos períodos eleitorais. E as explicações são sempre as mesmas. E se bem se recordem ou quando aprovamos aqui o nosso Plano Plurianual de Investimentos, devem reparar que há sempre uma rubrica e é feita a manutenção anual das nossas pavimentações e das estradas. Ora, essas repavimentações só podem ser no período de verão e de preferência no período de férias escolares. Nunca no período de inverno ou no período escolar. Tem coincidido este período de verão com os períodos antes das eleições, e se as eleições fossem em abril ninguém iria fazer asfaltagens no período de maio e acontece sempre nesta altura por um período de programação das férias escolas e também da manutenção anual. É evidente que dependendo de alguns ciclos de manutenção dessas estradas há necessidade de fazer repavimentações com maiores encargos financeiros. Mas essa tónica não tem sido aplicada nos últimos anos e, salvo erro, o valor que estava programado para todo o concelho do Funchal não ascendia os cento e cinco mil euros. Como podem ver, não é este valor que vai fazer que com todo o concelho seja asfaltado. Também se tem verificado em algumas situações que temos utilizado apenas o chamado “tapa buraco” ou seja uns remendos para a asfaltagem integral, fazemos apenas a cobertura das zonas que estão mais danificadas. Mas não tem a ver com a situação de campanha ou não, tem a ver com o período de verão ou do período de férias escolares, nada mais.”-----

**Ponto dois: Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à Reprogramação de Projetos do Plano Plurianual de Investimentos-----**



**O vice-Presidente Pedro Miguel de Amaro Bettencourt Calado**, expôs o seguinte:  
“Quando apresentamos o PPI para o ano de dois mil e treze, tínhamos estes três projetos de prevenção do Parque Ecológico, a consolidação da plataforma da piscina e proteção marítima e do tratamento de zonas de risco, estes três projetos estavam orçamentados e cabimentados para terem execução todo no ano de dois mil e treze. E por várias razões, quer de atraso de obras de lançamentos de concurso e até também de compromissos e de cabimentação das respetivas obras, estes três projetos dilataram no tempo. E em vez de começar no início do ano, começaram mais tarde, inclusivamente alguns começaram só no segundo semestre deste ano. E, ao começarem no segundo semestre, financeiramente a obra tem que se prolongar no tempo, não há tempo útil para terminar este ano e financeiramente ela estende-se para dois mil e catorze. Pelo facto de ultrapassar o ano civil, o ano de dois mil e treze e passar para o ano seguinte, tivemos necessidade de trazer aqui à apreciação da Assembleia para aprovar a plurianualidade destas mesmas obras, ou seja, as verbas que estão inscritas em dois mil e treze, é a verba que está orçamentada e que está prevista ser utilizada apenas em dois mil e treze e para dois mil e catorze, a verba que corresponde à percentagem de realização física da obra e financeira para dois mil e catorze. Qualquer dúvida, estou ao vosso dispor.”-----

**Inscrições:**-----

**O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar**, do PND, referiu o seguinte: “Nesta reprogramação das obras, consta uma reprogramação da consolidação da plataforma da piscina de proteção marítima. Suponho que está em causa a plataforma do Lido. E sobre esta reprogramação nada tenho a dizer. Tenho apenas a dizer sobre o valor da obra que aqui está, quase um milhão de euros. O que está em causa nesta obra fundamentalmente a nosso ver e o Dr. Miguel sempre disse

nesta Câmara, era que o Lido seria recuado de modo a que a piscina não invadisse a área marítima e passasse a estar instalada na rocha do Lido. A piscina tinha sido ampliada e essa ampliação causou problemas porque a muralha da ampliação era constantemente destruída pelas vagas marítimas. Ora bem, quando se pensou na reforma do Lido, pensou-se no recuo do complexo para zonas mais protegidas do mar. E concordamos com isso. Isso vai significar uma diminuição do Complexo do Lido, mas praticável e faz sentido. O que está em causa nesta obra e este valor que aqui está tem a ver com isso, é que para além da construção nesta obra estamos a construir também uma proteção marítima para o Lido. E o que é isto? No Lido vão construir para além da piscina, um conjunto de anteferes e de defesas marítimas que vão tapar a visão de quem está dentro do Lido para o mar, supostamente para defender o Lido. E a ideia de construir estes anteferes e reparem que estes anteferes vêm de uma cota submarina de oito metros, são anteferes que a maior parte deles são submersas e uma parte deles visíveis, estes anteferes vão se destinar a proteger o Lido. O meu vereador e o meu partido também fizeram uma investigação sobre a necessidade desta obra e o que concluímos, tendo auscultado pessoas que trabalham nesta área, é que a colocação destes anteferes é desnecessária. Para além de desnecessária ela vai causar graves prejuízos para quem usa o Lido. As pessoas que auscultamos dizerem que é evidente que não podemos impedir a entrada da água no inverno dentro do complexo, mas devíamos assumir claramente, que no inverso o complexo era invadido por águas e prescindindo desta obra, e nunca devíamos investir neste valor em anteferes, numa obra que fica submersa e que cuja utilidade é muito duvidosa. Quaisquer danos que existam na muralha do Lido, são danos que são facilmente reparáveis por valores muito inferiores. Quero dizer que estes anteferes afundam por força do movimento

marítimo. Isto é uma má opção da Câmara e podíamos poupar este dinheiro, por isso não vamos votar a favor deste projeto.”-----

**O vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves**, usando a palavra disse: “Quero dizer que a linha de proteção de anteferes não ultrapassa a plataforma do Lido. Este projeto foi muito trabalhado, inclusive chegou-se a pensar em criar uma plataforma com uma piscina natural, mas o anfiteatro que está no fundo agarrado à plataforma do Lido é muito difícil. Aquilo é um vale submerso em que com o mar submerso, a onda acelera pelo vale criando situações de impacto de onda muito forte e o projeto inicial era de fato como está a referir, a uma cota de dois metros acima da plataforma. Tentámos minimizar.”-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia**, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e cinco voto do PSD e quinze abstenções, sendo cinco do PS, quatro do CDS/PP, três do PND, dois do PCP/PEV e uma do BE.----

**Declarações de voto:**-----

**O deputado municipal Maximiano Alberto Rodrigues Martins**, do PS, fez a seguinte declaração de voto: “ A nossa abstenção significa neste caso, que não estando em causa a apreciação dos projetos, recordo de resto que alguns já estão contratados, por isso não faz muito sentido retomar aqui muito embora a crítica política e até técnica seja sempre possível, e o que está em causa é apreciar uma reprogramação. E aquilo que sublinhamos com a nossa abstenção são os erros de programação, porque em qualquer circunstância aquilo que aqui está é um brutal deslizamento, não é uma pequena correção de projetos, deste conjunto de projetos, embora a governação do PSD já nos tenha habituado aos erros de previsão, convínhamos que estes erros desta vez são absolutamente colossais.”-----

**Ponto três: Aprovação e votação do contrato Programa SociohabitaFunchal**----

**O vice-Presidente Pedro Miguel Amaro Bettencourt Calado**, disse: “Relativamente à situação da Sociohabita e penso que é a primeira vez que trazemos estes documentos aqui à AM, dos contratos de gestão com as nossas empresas municipais. Já o tínhamos feito com a FrenteMar e agora por alteração da legislação, também trazemos da SociohabitaFunchal. E quero só referir que a SociohabitaFunchal é a empresa municipal que gere todo o parque habitacional e património imobiliário da CMF, gere também os Centros Comunitários e alguns polos-desportivos. Este valor que aqui está, dos trezentos e quarenta e cinco mil euros que transferimos e que sempre o fizemos todos os anos para a Sociohabita, tem a ver com a diferença entre a renda técnica e a renda social que as famílias pagam. Como puderam ler nos documentos que vos foi apresentando, o valor que é definido por legislação de renda técnica, anda no valor de quatrocentos e noventa e nove ponto vinte, é o valor da renda técnica que as famílias deveriam pagar a quem faz a gestão do parque habitacional. Mas o que se passa é que atendendo aos rendimentos de grande parte dessas famílias, os valores que pagam à SociohabitaFunchal oscilam entre vinte e quatro euros ponto setenta quatro e cinquenta cêntimos e os noventa e quatro. Portanto, são valores muito abaixo do valor da renda técnica. O que acontece nestes casos? A CMF que é a entidade que detém cem por cento do capital social da empresa social tem que fazer a cobertura entre o diferencial da renda técnica para a renda social. Estes valores que aqui são apresentados, são anualmente auditados e vistoriados pelo tribunal de contas, são justificados entre a renda social e a renda técnica e correspondem no fundo, a tapar esse diferencial que existe pela perda de rendimentos que as famílias têm vindo a ter ao longo dos anos.”

**Inscrições:**-----

**O deputado municipal Fernando Manuel da Silva Letra, do BE, referiu o seguinte:**

“ Só quero fazer um pedido ao senhor vice-presidente. Tivemos há pouco uma troca de opiniões acerca dos mapas de gastos e mapas de rendimentos e a explicação que foi dada aceito como boa mas quero ter uma cópia completa quer dos gastos quer dos rendimentos. E se possível ainda durante esta sessão.”-----

**O deputado municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS, falou:**

“Relativamente a esta questão da Sociohabita, não vi efetivamente grandes reparos a fazer. Todavia não pude deixar de reparar que aqui no mapa de gastos e o mapa de rendimentos. E, quero salientar o seguinte: curiosamente entre dois mil e sete, ano em que a Sociohabita diz ter admitido pessoal técnico e animadores sociais, os custos com o pessoal curiosamente baixaram. Mas já em dois mil e nove aumentaram cerca de vinte e cinco por cento. E em dois mil e treze está em novecentos e catorze mil euros, segundo o mapa de gastos. Sendo em dois mil e treze, trinta e nove funcionários, os mesmos que em dois mil e nove, estranho esta variação de valores. As verbas para outros custos que em dois mil eram muito abrangentes, não se pode tirar muitas ilações, também tem variado muito entre dois mil e sete e dois mil e treze. Quanto a outros proveitos sofre também de grande oscilação entre dois mil e sete e dois mil e treze. Os senhores deputados se quiseram ver está aqui no mapa de gastos e no mapa de rendimentos. Não sei se há ou se querem dar explicação para estas oscilações que estão tão acentuadas?-----

**O vice-Presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, referiu o seguinte:**

Devo- lhe dizer que é estranha a sua questão. Porque o ponto que trazemos hoje para votação é tão-somente o contrato de gestão que a CMF está a fazer de dois mil e treze no valor de trezentos e quarenta e cinco milhões. E por uma questão de complementar uma informação pusemos dois mil e sete e dois mil e treze. Se estivesse aqui hoje

como ponto de ordem de trabalho fazermos a análise da evolução das contas da Sociohabita de dois mil e sete até dois mil e treze teria muito gosto em explicar a redução mas não é o âmbito. Mas recordava que o seu partido em todas as reuniões de Câmara em que aprovamos anualmente as contas da Sociohabita e em que o Tribunal de Contas deu parecer positivo sobre as contas da Sociohabita e que as contas foram auditadas por um auditor externo da Sociohabita, teve sempre o conhecimento o vosso partido. E qualquer dúvida que o senhor deputado tenha, estou há disposição para esclarecer, mas não agora no âmbito deste ponto que estamos a discutir.”-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia**, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado com vinte e oito votos a favor, sendo vinte e quatro votos do PSD, quatro do CDS/PP e onze abstenções, sendo cinco do PS, três do PND, duas do PCP/PEV e uma do BE.-----

**Ponto Quatro: Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município do Funchal.**-----

**O vereador Amilcar Magalhães de Lima Gonçalves**, disse:” Não sei se há alguma dúvida sobre este Regulamento, mas estou ao vosso dispor para qualquer dúvida.”---

**Inscrições:** -----

**O deputado municipal Fernando Manuel Garcias da Silva Letra**, do BE, frisou o seguinte: “Gostaria de ter dúvidas, mas perante um documento que está praticamente ilegível, nem consigo ler metade das páginas. Gostava de saber se os responsáveis pela implementação deste Regulamento, vão ter capacidade para meter isto tudo na cabeça.”-----

**O vereador Amilcar Magalhães de Lima Gonçalves**, explicou: “O que propomos à AM é a aprovação do Regulamento Municipal para a Proteção Civil. Isto foi feito na mesma reunião em que se aprovou o envio do Plano Municipal da Proteção Civil para

o Serviço Regional da Proteção Civil e para V. Exas tomarem conhecimento do documento que foi enviado, por isso foi-vos fornecido uma cópia. Não vamos tomar nenhuma deliberação sobre o Plano Municipal é só sobre o Regulamento. Peço imensa desculpa sobre esta situação.”-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia**, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e oito votos a favor, sendo vinte e quatro do PSD, quatro do CDS/PP e dez abstenções, sendo quatro do PS, três do PND, duas do PCP/PEV e uma do BE.-----

**Ponto cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara, referente às taxas de Cremação:** -----

**a) cremação de defuntos. Duzentos e vinte euros.**-----

**b) Cremação de ossadas:**-----

**1- Proveniente de cemitérios do concelho- setenta e cinco euros.**-----

**2- Proveniente de outros cemitérios- cento e dez euros.**-----

**O vereador Henrique Costa Neves**, explicou o seguinte: “Gostaria de esclarecer a fórmula de cálculo que foi levada para se chegar a esses valores. Portanto, o investimento são duzentos e vinte mil euros, tem a validade de vinte e cinco anos, o valor do tarifário foi calculado em função do investimento, em função dos custos de gestão e custos de exploração. O que deu origem a de dez euros e setenta e de cinco euros para a cremação de ossadas. E depende se for ossadas do concelho ou fora do concelho. Achamos que é um preço justo e a Câmara não pretende efetuar negócios com os defuntos e é uma infraestrutura fundamental para o Funchal.”-----

**Inscrições:** -----

**O deputado municipal Fernando Manuel da Silva Letra**, do BE, disse: “Senhor vereador Costa Neves, não contestando estes números que são claros, aqui no papel,

só gostaria de saber porquê a vinte e cinco anos? E se após este tempo, uma vez que a Câmara não quer fazer negócios com os defuntos, passa a ser de borla?”-----

**O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar**, do PND, referiu o seguinte: “ Fiz uma consulta sobre valores cobrados a nível nacional e verifiquei que os valores mínimos cobrados eram cento e setenta e oito euros e o valor máximo setecentos e vinte. Parece-me um exagero. A Câmara faz duzentos e vinte, está muito próximo dos valores mínimos. Mas quero saber que, quando diz o investimento no crematório, isso significa o quê? Investimentos em meios mecânicos? Ou investimento também na edificação acoplada ao crematório? Sabemos e estamos habituados a ir às cerimónias dos nossos familiares e amigos, que as pessoas sabem reagir perante um enterro clássico, em que há cova e todos se dirigem à cova, mas as pessoas ainda não sabem comportar-se perante esta questão da inceneração. E esta é uma cerimónia nova. E os compartimentos para a inceneração não dão para ninguém. Aquela cerimónia, que acaba por ser mais importante, depois da Missa, ninguém consegue lá entrar. E o que quero perguntar a V. Exa, este investimento de duzentos mil euros é para um espaço com que área? Área pública para cerimónia final de despedida do caixão antes da inceneração. É que recorde-se, podemos ter conflitos com todos, mas somos amigos de todos e, na despedida final estamos todos lá. E o que quero saber é se este espaço para a inceneração dos corpos é um espaço com o tamanho necessário, para estarmos todos, que espaço é esse? Fui a dois ou três destas cerimónias no Continente, e o que vejo é uma missa numa Igreja e um dos hábitos que temos é ir até à Cova, entregar o nosso amigo ou familiar. Aqueles espaços onde se faz a inceneração não permite albergar um conjunto de pessoas que vão para estas cerimónias e estas cerimónias estranhas, onde já não tem espaço para ninguém e é uma cerimónia presidida por um padre. Não há dimensão nem capacidade para que



um católico assista a uma cerimónia religiosa. Vejo aqui duzentos mil euros, parece-me pouco para uma edificação que acho que num cemitério do Funchal devia ter a dimensão suficiente para que na cerimónia final de incineração poder acolher uma parte importante das pessoas que vão ao funeral. Um padre quando diz as últimas palavras antes de meter um corpo no solo, di-lo perante todas as pessoas que vão à cerimónia de um funeral. Não compreendo como é que a Câmara com este investimento conseguiu aquelas instalações.”-----

**O deputado municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS,** disse: “Antes de mais quero salientar que não sou contra a cremação. A minha observação vai para as taxas de manutenção e fiz umas contas sobre o joelho e tenho o valor do investimento, construção do edifício mais equipamento de duzentos e sendo que a Câmara Municipal conta com uma amortização de vinte e cinco anos para pagar este valor. Também não sei se estes valores são pedidos ao banco. Mas com base nestes valores temos cento e vinte cremações por ano a cento e vinte euros cada é igual por ano. Sendo o valor da amortização de onze mil quinhentos pergunto, se não haverá a hipótese de baixar a taxa de cremação, por exemplo, atendendo aquilo que falei anteriormente. E lembro que o objetivo da cremação é a gestão do espaço do cemitério. É tudo.”-----

**O vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves,** explicou o seguinte: “Vinte e cinco anos não é o tempo de durabilidade de vida útil dos equipamentos que vão ser instalados. Portanto, como se calculou e expliquei o preçário que está feito e que veio aqui para ratificação, teve a ver com os custos, uma gestão a custo zero, nem prejuízo nem lucro para a Câmara. Porque foi tido em conta o valor do investimento, o valor da manutenção e é bom referir que o crematório vai ser operado por funcionários da Câmara que recebem ordenados e é um valor que é

elevado de gás e de eletricidade. E o que os apresento é um valor real sem lucro nem perda. Relativamente à questão da dignidade das instalações. Um cerimonial e tendo em vista um funeral na capela atual e a área da cremação um serviço técnico e para que fiquemos da área que para além da área técnica em si de equipamento de cremação tem uma sala de despedida, e sanitários. Se conhecemos todos a capela atual do cemitério e a sala do crematório vai ter o dobro da capela atual. E o acesso às pessoas possivelmente vai ser mais restrito e se calhar aos amigos íntimos e familiares. Na minha opinião é uma área ampla que é o suficiente.”-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia,** pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**Não houve declarações de voto:**-----

**O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado,** Uma vez que esta é a nossa última reunião, quero em meu nome pessoal cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal e todos os colegas sem exceção, os que já estiveram independentemente dos partidos e quero agradecer toda a colaboração que deram durante estes oito anos em que estive em função nesta Câmara e dizer que foi um privilégio trabalhar com todos e acho que demos um bom exemplo e aqui já foi referido hoje de democracia e como devemos funcionar, não me queria ausentar sem transmitir a minha opinião e quero aqui deixar este parentese. Muito obrigado a todos.”-----

**Ponto seis: Apreciação e votação da proposta da Câmara sobre Água de rega/sistema Dual/Preçário.**-----

**O vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves,** referiu o seguinte: “Foi um sistema que a Câmara instalou de raiz em dois locais, em São Martinho e no sector oriental. Pensamos que é uma obra de Portugal, porque o futuro implica cada

vez mais adequada da água que se bebe e se insere que é potável. No fundo foi instalar um sistema de rega de água de pressão que serve para rega de jardins, serve para zonas de lavagens e que executa uma alteração à residência, pode por exemplo, todo o que seja sistemas de autoclismos, máquinas de lavar roupa, etc. com este sistema dual, é uma água não potável a pressão, e que tem a componente ambiental de poupança de água potável e um paradoxo em pleno século vinte e um utilizarmos no autoclismo água que se bebe. É um paradigma que temos de alterar rapidamente que são o preçário que trago é um preçário que tem a ver com que a IGA. Mais uma vez o cálculo dos custos do investimento e seleccionamos dois escalões. O valor, mas aqui há uma diferença é que não são amputados custos de tarifários, nem de saneamento básico nem de resíduos, porque isso já é pago no tarifário da água potável. Mais uma vez é um preçário justo, razoável e penso que é importante que fiquemos com a noção que é um projeto em Portugal que é pioneiro e feito de raiz. E pensamos que em termos de futuro civilizada de utilizarmos a água que é um bem cada vez mais escassos.”-----

**O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra**, do BE, referiu o seguinte: “as instalações sanitárias e máquinas de lavar é um pouco mais complicado, porque impõe a mudança toda da casa, de qualquer maneira, concordo perfeitamente que não faz sentido que a água que sirva para beber seja utilizada para outros fins como os que referiu.”-----

**O deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes**, do PS, disse: “Concordo plenamente com esta água de rega e acho que já devia ter vindo mais cedo. Mas a minha dúvida tem a ver com um valor. Estas águas são para os jardins, lavagens e para uso da rega em geral. Se for só para os jardins e as lavagens, acho que esse valor esta bem, mas se for para regra geral, dou o exemplo. Há uns anos atrás, tivemos

um grande problema na agricultura e se a água for usada para a agricultura, ela pode ser tirada da canalização e com este preço ninguém aguenta.”-----

**O vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves**, disse: “ Em princípio impera o bom senso. Esta rede dual é uma rede para fins domésticos. Toda a área agrária tem água de rega de giro. É evidente que os terrenos de agricultura regados com água de giro, porque esta água e para uso doméstico, são diferenciados.”

**O deputado municipal José Juvenal Nunes Rodrigues**, do PS, falou o seguinte: “Estive atento à explicação do senhor vereador e surgiram umas questões que são pertinentes. Este sistema implica uma nova rede de água. Ou seja, desde o contador do utente e depois nova instalação para dentro da habitação. Aquilo que disse, não vejo grande visibilidade fazer mais um circuito para máquinas de lavar, autoclismos. O que para habitações já existentes não será muito viável. Agora para as habitações novas, com certeza que sim. Se compensará, atendendo a uma nova instalação, acho que se torna um bocado dispendioso. Não sei qual a visibilidade disto.”-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia**, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**Não houve declarações de voto:**-----

**O deputado Fernando Manuel Garcia da Silva Letra**, do BE, pediu a palavra para dizer: “Uma vez que esta é a última sessão desta Assembleia e independentemente dos resultados das próximas eleições autárquicas, não vou estar presente, quero despedir-me de todos com um grande abraço, um muito obrigado pela vossa e nossa paciência. Até á próxima.”-----

**O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar**, do PND, também disse: “ Exatamente pelos mesmos motivos, faço minhas as palavras do deputado Letra.”-----

**O deputado Maximiano Alberto Rodrigues Martins**, do PS, solicitou a palavra dizendo: “Aproveito a boleia para fazer minhas, as palavras daqueles que me antecederam dado que não estarei, mas acompanharei os trabalhos de Assembleia com alguma saudade e dizer o quão agradável foi o contato com a maioria dos membros da assembleia e que do ponto de vista pessoal funcionou com uma boa relação de cordialidade e respeito. É tudo.”-----

**O deputado municipal João Luciano Gonçalves Homem de Gouveia**, do CDS/PP, disse: “ Já agora mais uma boleia, um obrigado a todos.”-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia**, disse: “ Sendo esta a última reunião antes deste ato eleitoral que ocorre a vinte e nove deste mês, quero em nome da Mesa agradecer a todos vós, a colaboração que deram, o civismo que demonstraram no apoio aos nossos trabalhos que se conseguiu concluir com êxito e com aplauso de todos. De modo que a todos desejo continuação dos melhores êxitos pessoais, políticos e que no dia-a-dia sejamos amigos. Obrigado a todos e continuação de um bom ano.”-----

**O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra**, pediu a palavra sublinhando: “Senhor Presidente, gostaria de estender os meus agradecimentos à sua e nossa secretária pelo profissionalismo e com competência que demonstrou nestes quatro anos. Muito obrigado.”-----

**Encerramento:**-----  
Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas, o Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada.-----

**Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos.**-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

